

| 502 | ENTRE O PROGRESSO E O MAL-ESTAR DA INSALUBRIDADE, UMA URBANIZAÇÃO PROBLEMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Daniel Tochetto de Oliveira, Célia Ferraz de Souza

Resumo

A cidade de Santa Maria, devido a sua localização no centro do Rio Grande do Sul, teve presença marcante no desenvolvimento do Estado. De origem militar e religiosa, a cidade cresceu e se tornou um importante entreposto comercial da rota Porto Alegre - região oeste do Estado. Com a implantação e expansão da rede ferroviária, Santa Maria foi escolhida como centro de irradiação das linhas principais. Dela partia a linha para São Paulo, conectada na linha leste-oeste, com ramificação para Cidade de Rio Grande, tornando-a o mais importante entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul. Devido ao acréscimo dessa função, a cidade passou a apresentar uma intensa circulação de pessoas e mercadorias, agravando rapidamente os problemas de saneamento e prejudicando a qualidade de vida de seus cidadãos. Registrados nos relatórios dos intendentess e justificados através das legislações municipais, esses problemas foram decisivos para a contratação de um projeto de saneamento. O objetivo desse trabalho é mostrar que a chegada do tão almejado progresso, pode trazer consigo problemas de alta gravidade, como de saneamento e infraestrutura. E, ao mesmo tempo, pode precipitar também o início do processo de planejamento urbano, como foi o caso de Santa Maria.

Palavras-chave: Santa Maria, saneamento, ferrovia, legislação municipal, relatórios da intendência.

A Ferrovia e a República

A localização geográfica da Cidade de Santa Maria, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, já lhe conferia certa importância desde o ano de 1800. Nessa época, ela já era frequentada por muitos viajantes, tropeiros, correios militares, que, devido à sua localização, paravam para pernoitar. Com o passar do tempo, os caminhos que passavam pela cidade se tornaram vias municipais e estaduais, colaborando para o desenvolvimento da economia regional, calcada na produção dos estancieiros. Esses se dedicavam à agricultura e à criação de gado, que abastecia as charqueadas próximas.

O desenvolvimento, de fato, da cidade foi impulsionado, principalmente, por dois fatores de ordem nacional: a construção das ferrovias em meados do século XIX e a Proclamação da República em 1889, cujo projeto maior era a valorização da cidade. Nesse contexto, as pessoas eram atraídas para a área urbana que acabava por ampliar seus limites. Como resultado dessa concentração cada vez maior de pessoas e as trazidas pela

movimentação das ferrovias, foram surgindo problemas, como a falta de saneamento e cuidados com a higiene.

A construção da estrada de ferro foi um marco na história de Santa Maria, propiciando diversas transformações no espaço urbano. Como disseram José Marchiori e Valter Filho (1997, p. 15): “de origem modesta, Santa Maria conservou-se acanhada e sonolenta durante a maior parte do século XIX. A chegada da Ferrovia [...] concretizou a sua vocação de nó vital no Rio Grande do Sul”. Com a conclusão da linha de Porto Alegre a Santa Maria, em 1885, o comércio cresceu significativamente, estendendo-se por toda área urbana.

A importância da cidade no cenário estadual passou a ser mais forte a partir de 1889, quando chegou a comissão de engenheiros para estudar o traçado da ferrovia da Cidade de Rio Grande a São Paulo. Essa fazia conexão com a rede ferroviária leste-oeste do Estado em Santa Maria, figura 01. As obras de ampliação das estradas de ferro no Rio Grande do Sul foram iniciadas em 1890 e a inauguração foi ocorrendo por trechos, quadro 01. Isso tornou a cidade um importante ponto de conexão entre linhas, de parada de viajantes e entreposto comercial entre a região da fronteira, da serra e de Porto Alegre.

A conexão de Santa Maria, através da ferrovia, com diversas cidades do Estado estimulou a construção de hotéis para os viajantes, que pernoitavam na cidade para pegar o trem no dia seguinte, e a demanda por entretenimento e comércio. Em busca desses e outros serviços, muitas pessoas das cidades próximas passaram a frequentar Santa Maria e, também, usufruir de seu progresso. A rede ferroviária estava crescendo, integrando e desenvolvendo os lugares por onde passava e transformando a morfologia dos espaços. Como Mello (2010) mostrou em sua tese, em Santa Maria, essa transformação ocorreu com a criação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a construção da estação, oficinas, armazéns, depósitos, juntamente com o desenvolvimento dos setores comercial e hoteleiro da Av. Rio Branco.

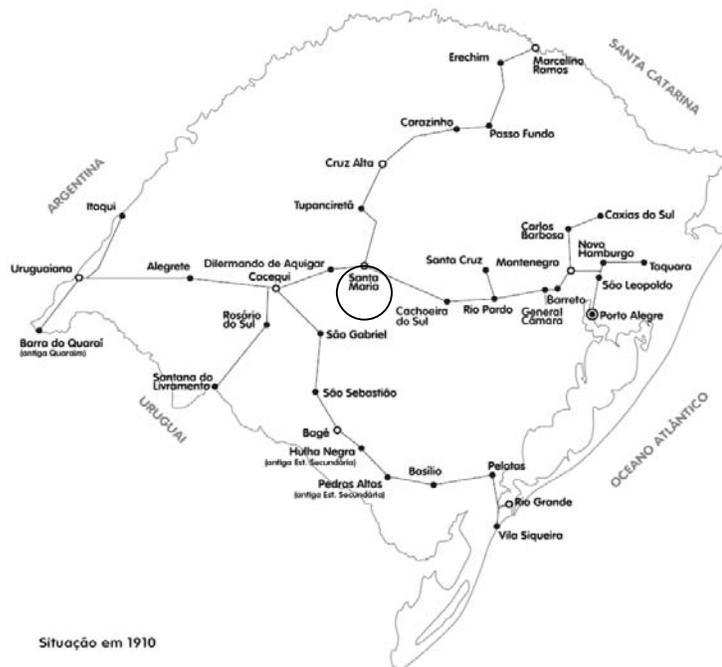


Figura 01: Linhas da viação férrea no Rio Grande do Sul em 1910 em Mello (2010). A estrada de ferro que vai a São Paulo é a que passa pela Cidade de Marcelino Ramos.

LINHAS	SEÇÕES	DATA DE INAUGURAÇÃO
Porto Alegre - Novo Hamburgo	Porto Alegre - São Leopoldo	14/04/1874
	São Leopoldo - Novo Hamburgo	01/01/1876
Porto Alegre - Uruguai	Porto Alegre - Cachoeira	07/03/1883
	Cachoeira - Santa Maria	13/10/1885
	Santa Maria - Cacequi	23/12/1890
	Cacequi - Alegrete	22/11/1907
	Alegrete - Uruguai	24/12/1917
Rio Grande - Bagé - Cacequi	Rio Grande - Bagé	02/12/1884
	Bagé - Cacequi	8/10/1900
Santa Maria - Marcelino Ramos	Santa Maria - Cruz Alta	20/12/1894
	Cruz Alta - Passo Fundo	31/01/1898
	Passo Fundo - Marcelino Ramos	25/10/1910

Quadro 01: Construção da Rede Ferroviária no Estado do Rio Grande do Sul em Mello (2010, p. 104).

A via férrea integrava as cidades do Rio Grande do Sul entre elas e com as demais na linha até São Paulo, através de Santa Maria, figura 02. Para ir de Porto Alegre, Uruguai ou Rio Grande até São Paulo, era preciso passar por Santa Maria. A ferrovia impulsionava o desenvolvimento da cidade, possibilitando o escoamento rápido da produção agrícola e pecuária dos arredores e da região central do Estado. A maioria das

estradas da região, que ligavam o Município a outros locais, convergiam para a Estação Ferroviária. Além dessa estação no distrito sede, figura 04, existia a Estação Colônia – estação da estrada de ferro no antigo Distrito de Camobi, atual bairro – que tinha grande importância para escoamento da produção agrícola da Quarta Colônia de imigração italiana (Morales, 2008).

Por onde a estrada de ferro passasse, o trem vinha carregado de mercadorias e pessoas. O futuro da cidade em função do entroncamento ferroviário, onde todos os trens do estado passavam obrigatoriamente, era promissor. O viajante Wilhelm Lacmann (1906)¹, por volta de 1903, fez este registro: a cidade tinha um importante comércio de produtos coloniais, favorecido pelo entroncamento e, nos próximos anos, estaria assegurado um brilhante desenvolvimento, se a linha férrea se tornasse parte de uma grande rede sul-americana. Mas esse progresso e a conexão às outras cidades também poderia gerar problemas. No artigo que escreveu sobre a salubridade de Santa Maria, o Médico Astrogildo de Azevedo (1914) fala: “Por onde circula a riqueza dos povos *tranzitam tambem* os percalços da vida *civilisada*. Por isto, quando a peste *bubonica* partiu do Oriente *atraves* da Europa, e *veiu* invadir a America do Sul, Santa Maria não tardou a ser atingida pelo terrível mal”.

A movimentação na Estação Ferroviária de passageiros e de mercadorias aumentou significativamente de 1907 a 1913, quadro 02. A função comercial e a importância econômica da cidade ficavam mais fortes. O primeiro estabelecimento bancário abriu em 1910, uma agência do Banco Nacional do Comércio, que tinha sede em Porto Alegre. O Intendente Astrogildo de Azevedo, no relatório do ano de 1916, comenta que o imposto de exportação, instinto em 1908, tinha participação considerável na renda municipal (Intendência, 1917b).

ANO	PASSAGEIROS		MERCADORIAS	
	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EXPEDIDAS	RECEBIDAS
1907	18.854	19.513	8.114.923	11.267.824
1913	39.481	38.682	14.992.098	32.714.075

Quadro 02: Movimentação da Estação Ferroviária (Revista Commemorativa do Primeiro Centenário, 1914).

¹ Fragmento traduzido por Miguel Antão Durlo.

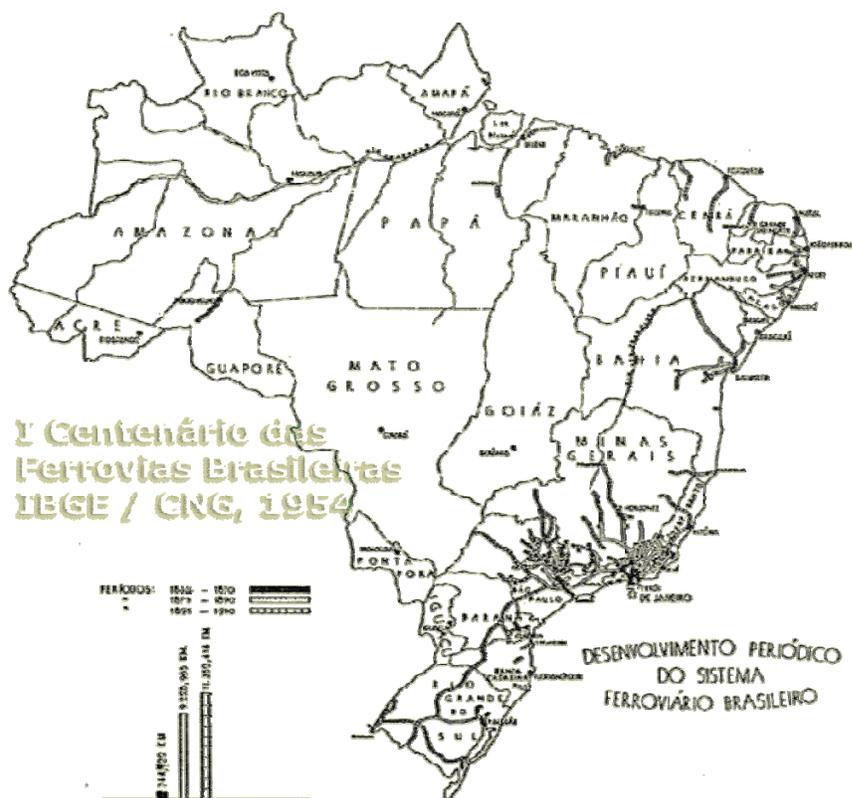


Figura 02: Mapa das estradas de ferro em 1910 (Ferrovias do Brasil). A partir da Cidade de Santa Maria, partiam as linhas para diversas cidades do País. As estradas e as ferrovias, principalmente a segunda, eram sinônimos de progresso. Significativo o fato de que um dos nomes que teve a Av. Rio Branco, que ligava a Estação Ferroviária de Santa Maria ao centro, foi Av. Progresso.

Junto ao desenvolvimento do espaço urbano, trazido pela ferrovia, a Proclamação da República criou o ambiente propício para a transformação da cidade. No Período Republicano, o Estado assume uma importância significativa com autonomia político-econômica. A administração municipal cabia aos intendentess, que ocupavam o cargo por votos ou indicação do partido do governo, no caso o PRR. A partir de 1892, depois de uma fase de juntas governativas, em Santa Maria, os intendentess que assumiram a administração começaram se preocupar com as melhorias urbanas e trabalhos voltados ao saneamento e higiene. Esses problemas, recorrentes nos relatórios da Intendência, acabaram por gerar legislações urbanas específicas que procuravam solucioná-los.

No orçamento do ano 1893, entre as verbas previstas, já constava a desapropriação de terrenos para abertura de ruas, limpeza pública e melhoramentos materiais (Santa Maria, Ato nº 08/1893). Em 1895, foram previstos três melhoramentos e

lançado o imposto de Décima Urbana². Esses melhoramentos estavam diretamente ligados à melhoria da saúde pública: construção de uma fonte pública na vertente localizada no terreno chamado “Dos Miranda”; compra de terreno para aumentar o cemitério; início do calçamento das ruas do Comércio³ e do Acampamento (Santa Maria, Ato nº 38/1895). O calçamento das vias e a impermeabilização do solo em alguns locais, evitava a infiltração de águas contaminadas, que acabavam atingindo os poços das residências.

Devido ao crescimento da cidade e necessidade de aumentar a arrecadação, os limites urbanos foram expandidos em 1893 (Santa Maria, Decreto nº 03/1893). Com a intenção de ordenar o crescimento e a maior concentração de pessoas, foram estabelecidas posturas que garantissem o bom convívio, respeito, higiene e ordenação do espaço urbano. A Lei do Código de Posturas⁴ foi promulgada em 1898. A partir desse mesmo ano, passou a constar na Lei do Orçamento da Receita e Despesa do Município a autorização para o Intendente abrir créditos para despesas extraordinárias em casos de epidemias ou qualquer calamidade pública (Santa Maria, Ato nº 54/1896). Esse foi aberto só uma vez, em 1918, quando a Gripe Espanhola atingiu várias cidades do Brasil.

O Código de Posturas, entre outros artigos referentes ao espaço urbano, estabelecia que, nas ruas e avenidas já abertas e edificadas, seria adotado um plano de alinhamento, considerando a quantidade e valor dos prédios existentes e suas condições de segurança, salubridade e beleza, bem como a topografia do terreno. Era proibido edificar afastado do alinhamento nas ruas e praças principais. Isso só seria permitido se fosse feito um jardim entre a construção e o alinhamento, tendo nesse um gradil de ferro. E, para abrir qualquer via ou praça, era necessário solicitar licença mediante apresentação de planta e compromisso de provê-las de sarjetas e esgotos para as águas pluviais (Santa Maria, Ato nº 75/1898).

Nas edificações, qualquer construção, reconstrução ou demolição deveria ter licença da intendência e nenhum cemitério poderia estar a menos de 100 m de habitações. Todos os cômodos dos prédios deveriam receber, diretamente, luz e ar e a soma das áreas de aberturas – portas e janelas – de cada cômodo deveria ser igual a 1/5 da área livre do mesmo. A intendência tinha o poder de solicitar a desocupação e fechar os edifícios

² A décima urbana corresponde ao atual Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

³ Atual Rua Dr. Bozano.

⁴ Até então estava em vigor o Código de Posturas da Cidade de Cachoeira do Sul. Quando o Distrito Santa Maria se emancipou dessa, o Presidente da Província não aprovou o Código elaborado pela Câmara Municipal, ordenando seguir o de Cachoeira.

arruinados e insalubres. E, também, poderia mandar demolir as construções em desacordo com as posturas estabelecidas ou embargar as obras sem licença e/ou em desacordo com a planta aprovada (Santa Maria, Ato nº 75/1898).

Frente ao crescimento urbano, o serviço de limpeza e asseio público foi regularizado. Os materiais fecais passaram a ser recolhidos por meio de fossas móveis ou recipientes metálicos, hermeticamente fechados para evitar extravasamento ou exalação. Esse serviço, juntamente com o da coleta do lixo, ocorria duas vezes por semana⁵. Nas fossas, não era permitido acúmulo de materiais fecais, de modo a produzir o extravasamento. Se isso ocorresse e fosse necessário o *baldeamento*, não haveria a remoção. O lixo era recolhido em recipientes de no máximo 0,3 x 0,3m e as águas servidas, retiradas diariamente, deveriam ser depositadas em uma ou mais vasilhas de ferro ou folha, com capacidade máxima de 16 litros (Santa Maria, Ato nº 239/1908).

O primeiro óbito por peste bubônica, que se tem notícia na cidade, ocorreu em 1912. Segundo a legislação (Santa Maria, Ato nº 75/1898), no caso de doenças transmissíveis, o médico da Intendência deveria ser avisado e ninguém poderia opor-se a inspeção dos agentes fiscais no interior das casas para verificar o cumprimento das posturas de acordo com as formalidades da lei. As medidas tomadas devido à peste foram o fechamento dos colégios, paralisação das atividades comerciais e sociais. Outra mais drástica, por parte das autoridades, foi a queima e/ou isolamento de residências onde eram identificados os casos. A morte era rápida e a doença se alastrava rapidamente através das pessoas que tinham contato com as vítimas ou ratos.

Essa peste, que causou pavor na cidade, chegou através de ratos que estavam num carregamento de farinha de trigo proveniente de Rosário e Santa Fé, na Argentina (Beltrão, 1979). Quando ela partiu do ocidente e chegou à América do Sul, logo Santa Maria foi atingida (Azevedo, 1914). Como o Eng. Saturnino de Brito (1943) salientou, era de extrema importância sanear Santa Maria, dela era possível ir para vários lugares, do mesmo modo que as moléstias nela geradas poderiam se propagar para vários destinos. Também, as doenças que passassem pela cidade, vindas de localidades insalubres, nela poderiam se fixar, caso não estivesse em boas condições de salubridade.

⁵ O serviço ocorria das 5h às 18h no verão e das 7h às 17h no inverno. Cabia ao proprietário facilitar o acesso ao prédio do pessoal responsável pelo serviço e não era aceita a justificativa do proprietário ou inquilino alegar estar em passeio.

O Município era um dos maiores produtores de alfafa do Estado. Porém essa era armazenada em depósitos no centro da cidade, facilitando o acúmulo de ratos e propagação de doenças. Outro problema era a falta de impermeabilização do solo onde estavam as residências. Isso também facilitava a propagação de doenças e dificultava sua extinção (Intendência, 1921). Quase todos os prédios antigos não tinham condições de conforto compatíveis com o rápido desenvolvimento da cidade e com o aumento da população. As edificações e, muito menos, o espaço urbano não estavam preparados para a concentração populacional que ocorrera. Assim, foi estabelecido que toda construção ou reconstrução, incluindo até pequenas reformas, deveria ter o solo da respectiva área coberta devidamente isolado por uma camada de concreto. E, reforçando o que já constava no Código de Posturas, a partir desse momento, as reconstruções de qualquer prédio antigo deveriam também ser efetuadas de modo que todos os cômodos recebessem luz e ar diretamente (Santa Maria, Ato nº 337/1912).

Devido à falta de uma rede esgoto, o destino do afluente das fossas móveis eram as calhas das ruas ou a infiltração pelo solo. No primeiro caso ocorria a infecção pernicioso do ambiente e, devido à falta de um calçamento estanque, a contaminação da superfície do solo seria em uma extensão mais ou menos longa. No segundo, as infiltrações eram em um espaço limitado, porém profundas, gerando a infecção do lençol d'água subterrâneo que alimentava os poços e fontes públicas, com maior força de contaminação que no caso das fossas fixas já condenadas (Santa Maria, Decreto nº 01/1912). Quando chovia, as águas pluviais se contaminavam facilmente e passavam por toda cidade, colocando as pessoas em risco. Os casos mais comuns eram quando as águas entravam em contato com os lixos nos quintais das casas ou com os afluentes das fossas.

A solução apresentada foi a construção de reservatórios sanitários destinados à coleta do afluente que seria retirado por meio de bomba de sucção e lançado em veículos fechados. Quando o poder público regulamentou esse serviço, registrou que “[...] a higiene de cada domicílio deve ser objeto de contínuos cuidados para prevenir-se os casos de epidemias, sem essa higiene domiciliar, em prol da higiene pública, são inúteis todos os esforços pela saúde coletiva” (Santa Maria, Decreto nº 01/1912). Mas o mesmo tinha consciência de que o sistema de fossas móveis não era o mais adequado, porém “[...] é o que apresenta menos inconvenientes para a higiene pública, quando executado em boas condições” (Santa Maria, Decreto nº 01/1912). Era necessário contratar um projeto de saneamento.

O abastecimento d'água nas casas era de modo individual, através de cisterna, para coleta das águas das chuvas, dos cursos d'água ou de poço. Os dois últimos, quando não estavam contaminados, eram de fácil contaminação devido às fossas absorventes próximas ou impurezas existentes na superfície dos quintais das casas. O viajante Hemetério da Silveira (1979), na descrição que fez em 1909 da cidade, comentou que embora houvesse bastante água nas vertentes dos arroios na área urbana e inúmeros poços em casas particulares, a água não era boa. A maioria dos poços, além da fácil contaminação, fornecia água salobra, péssima para beber e cozinhar, que acabava sendo utilizada para limpeza em geral, higiene pessoal e lavagem de roupas.

Devido aos problemas da qualidade da água e os períodos de seca frequentes, em que muitos poços secavam, começou o serviço dos "pipeiros". Esses eram pessoas que carregavam água em pipas fixadas em carrocinhas puxadas por burros de segunda-feira a sábado, do amanhecer ao anoitecer. A água era tomada nas margens do Arroio Itaimbé e nas encostas dos morros. Mesmo após o funcionamento da rede d'água, em 1931, embora reduzido, o serviço continuou para abastecer as zonas mais afastadas do centro, onde a rede não chegava. Mas, quando havia racionamento d'água, os "pipeiros" ressurgiam no centro (Beber, 1998).

Muitos dos atos que foram sendo publicados e registrados, como medidas imediatas para resolução dos problemas de salubridade que surgiam ou se agravavam, foram incluídos na reforma do Código de Posturas (Santa Maria, Lei nº 33/1913). Esse, muito mais detalhado que o anterior, estabelecia que a construção de edificações estava sujeita a licença⁶, para isso era necessário apresentar um plano completo das obras a serem executadas com os seguintes elementos: planta de cada pavimento na escala 1:100; elevação das fachadas principais na escala 1:50; cortes longitudinais e transversais, na escala 1:50, possibilitando a perfeita compreensão do projeto, indicando ao mesmo tempo os declives do terreno e quais as obras necessárias ao esgotamento das águas (Santa Maria, Lei nº 33/1913).

Havia uma série de regulamentações para garantir a salubridade nas edificações⁷, mas isso não era o suficiente, era preciso garantir a salubridade do espaço urbano também.

⁶ E estava proibida a construção de prédios de madeira na região central da cidade.

⁷ Os prédios com grande acúmulo de pessoas - habitações coletivas, como hotéis e casas de pensão, e os destinados a reuniões, como teatros e sala de baile - deveriam satisfazer as condições de higiene, segurança e estética a juízo da Intendência. Uma das medidas adotadas foi a obrigação das bandeiras móveis de madeira, ferro ou outro material nas portas e janelas de casas comerciais, independente da existência de outros meios necessários à "indispensável ventilação". A licença para funcionamento de hotéis, pensões, casas de pasto e

Em Santa Maria, havia a inspeção domiciliar, as visitas dos fiscais da Seção de Higiene não poderiam ser impedidas e, quando fosse necessário entrar nas casas, seria entregue um aviso com 24h de antecedência. Todos eram obrigados a conservar os quintais, porões e áreas de suas casas limpas, sob pena de multa. Se algum curso d'água atravessasse o quintal da casa, esse deveria ser conservado limpo e só receber águas pluviais. Era proibido ter depósito de couro, estrume, água pútridas ou qualquer coisa que pudesse prejudicar a saúde pública no interior das casas ou quintais (Santa Maria, Lei nº 33/1913).

A infraestrutura oferecida pelo Município, frente ao crescimento da cidade, juntamente com o controle disso, eram limitados. A administração não conseguia atender todas as residências com o serviço de fossas e, também, nem todas estavam dispostas a isso. A solução era construir uma rede de esgoto e de abastecimento d'água. O número de edificações, de viajantes e de mercadorias que circulavam aumentava. Segundo dados do relatório da Intendência, no mesmo período de 1907 a 1913 do quadro 02, o número de prédios aumentou de 1.526 prédios para 2.851 na cidade (Intendência, 1931). Devido isso, a higiene urbana só poderia piorar se não fosse controlada. Urgia um projeto específico de saneamento.

A cidade tem o solo bem acidentado e seu crescimento ocorreu ao longo dos divisores d'água que alimentavam as sangas, figuras 03 e 04. Os cursos d'água não recebiam os cuidados necessários e passavam pelos fundos dos lotes, muitas vezes recebendo águas contaminadas, esgoto e lixo, colaborando para propagação de doenças. Esses eram "verdadeiros canos de *exgotto* afeitos pela natureza previdente à drenagem do solo e ao *prompto* escoamento das águas urbanas" (Azevedo, 1914).

O Médico Astrogildo de Azevedo (1914), devido a sua experiência profissional afirmou em 1914 que, há dez anos, eram poucas as "moléstias agudas graves" na cidade. Foi com a facilidade de deslocamento da ferrovia e o crescimento populacional que as doenças aumentaram. Essas atingiam proporções menores em locais com melhores condições higiênicas. Como Santa Maria era um centro de distribuição da ferrovia no Estado, sob o ponto de vista sanitário, deveria ser tratada com a mesma importância que uma cidade portuária.

aluguel de quartos dependia do exame prévio do local por médico e engenheiro da Intendência e de suas respectivas opiniões referente às condições e requisitos de higiene (Santa Maria, Lei nº 33/1913).



Figura 03: Fragmento da planta da Cidade de Santa Maria em 1902 com os cursos d'água. Planta elaborada por José Nehrer (Marchiori & Filho, 1997).

O Município, em 1914, notificou 214 casos de doenças infectocontagiosas: a varicela, com 155 casos, sendo 36 fatais; a febre tifoide; a escarlatina; a difteria; a tuberculose; entre outras. Como medida de prevenção, foi realizada a vacinação na cidade e nas regiões rurais. O registro de falecimentos, no geral, foi de 589 pessoas. Devido às doenças contagiosas, foram desinfetados quarenta e seis prédios e realizadas 2.928 visitas sanitárias em domicílios particulares, hotéis, padarias, açougues, quintais e etc. Dessas, a fiscalização municipal intimou 52 proprietários por não cumprirem os preceitos higiênicos estabelecidos pelo Código de Posturas. Dos 2.865 prédios, estavam registrados somente 610 no serviço de limpeza, utilizando 659 fossas móveis, e o serviço de remoção do lixo e águas servidas era realizado em 371 domicílios (Intendência, 1915).

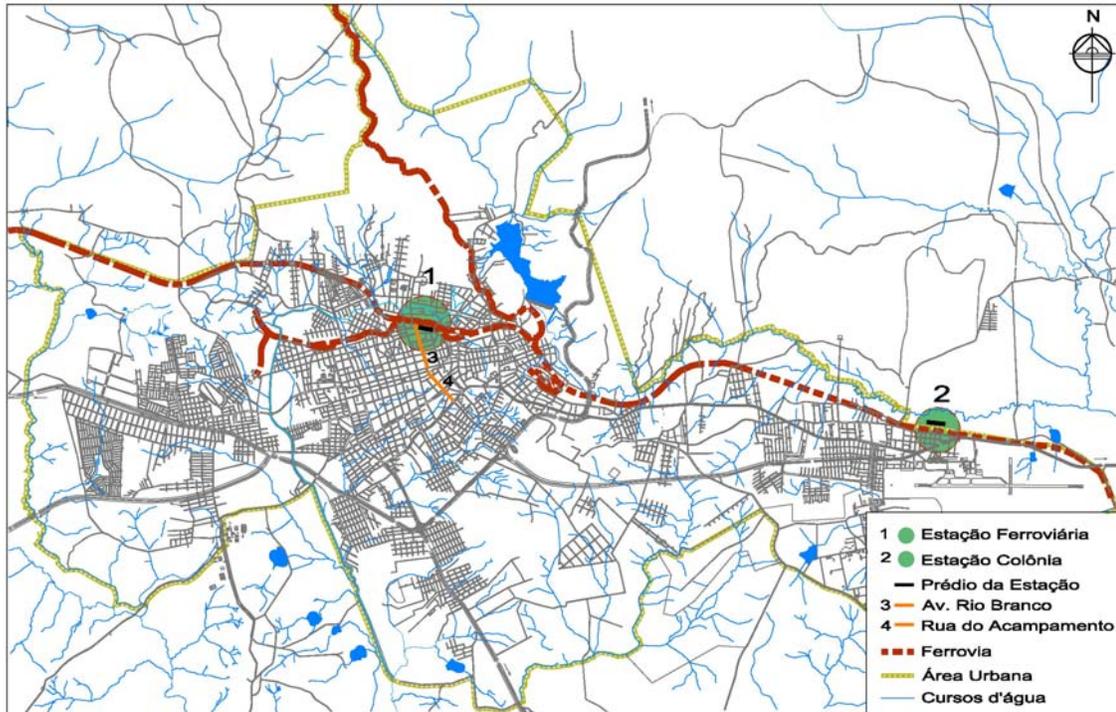


Figura 04: Área urbana de Santa Maria em 2003 com a rede hidrográfica, Estação Ferroviária do Distrito Sede e Estação Colônia em Camobi. A primeira estação fica ao sul dos trilhos, com o acesso de embarque voltado para o centro da cidade. Na de Camobi, ocorre o contrário, a estação fica ao norte dos trilhos, voltada para região norte, de onde vinha a produção. Planta elaborada pelos autores com base no mapa base do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (Santa Maria, 2003).

A situação não foi muito diferente no ano seguinte. Em 1915, foram notificadas noventa e duas doenças infecto contagiosas. Dessas, houve cinquenta e cinco óbitos por tuberculose e doze por febre tifóide. Essa era uma das doenças mais comuns em cidades não saneadas, contraída através de alimentos ou água contaminada. Das 3.480 visitas sanitárias realizadas, trinta pessoas foram intimadas por não cumprirem os preceitos higiênicos. O registro de falecimentos, no geral, foi de 401 pessoas. Devido às doenças contagiosas, foram desinfetados vinte e dois prédios (Intendência, 1917a).

O problema sanitário da cidade era resolvido com obras pontuais, como construção de fontes, dutos para desvio das águas pluviais e abertura de poços. Mesmo com um serviço de limpeza pública e posturas regulamentadas, ficava cada vez mais difícil garantir a salubridade do espaço urbano. Essa necessidade podia ser percebida pelos relatórios dos intendentes, ou pelo número de funcionários do município afastados cada vez maior. As licenças para tratar da saúde eram de 15 a 90 dias, com possibilidade de serem prorrogadas. Em 1918, foram cedidos, aproximadamente, 225 dias de licença. Na tentativa de amenizar os problemas de salubridade, o Intendente Manoel Viterbo de Carvalho (1912-

1916) providenciou a abertura de poços na cidade. Mas, a ideia acabou sendo abandonada (Beber, 1998). Em 1915, o serviço de exploração d'água se encontrava parado e o motor estragado (Intendência, 1915).

A busca de um projeto de saneamento

O Médico Astrogildo de Azevedo foi eleito Intendente de Santa Maria em 03 de Outubro de 1916. Ele já tinha consciência da necessidade de elaborar um projeto de saneamento para a cidade desde o ano de 1914, conforme suas publicações na Revista do Centenário (1914) e seu trabalho junto a Sociedade de Caridade Santa Mariense. Essa, fundada em 1898, foi responsável pela construção do Hospital de Caridade inaugurado em 1903.

Na verba das despesas eventuais do Município no ano de 1914, constava o documento nº 196, referente à quantia de 20\$000 para assinatura da Revista da Escola de Engenharia (EGATEA). Nessa revista, tinham publicações sobre saneamento de cidades, sendo alguns artigos de autoria do Engenheiro Saturnino de Brito e outros mencionando o seu trabalho. Não foi possível identificar por quanto tempo foi essa assinatura, nem sua renovação e setor a que se destinavam os exemplares. Porém os exemplares da EGATEA circularam pela Intendência e foram lidos.

Astrogildo de Azevedo (Intendência, 1917b), quando esteve no Rio de Janeiro e São Paulo em setembro de 1916, procurou meios de resolver o problema de saneamento da cidade e recorreu aos engenheiros José Barbosa Gonçalves⁸ e Lassance Cunha⁹, que lhe indicaram o Engenheiro Saturnino de Brito, para tratar dessa temática. Como Saturnino estava em Recife, acompanhando o projeto de saneamento dessa cidade, Gonçalves lhe enviou uma carta, falando da necessidade de um estudo para Santa Maria e apresentando Astrogildo.

Devido ao endividamento¹⁰ do Município, quando Astrogildo tomou posse, e a indisponibilidade de Brito, por estar envolvido com as obras da Cidade de Recife, a

⁸ B. Gonçalves era engenheiro e ocupou diversos cargos públicos no Rio Grande do Sul durante a República (Fundação Dr. Carlos Barbosa Gonçalves).

⁹ Cunha era engenheiro e foi chefe de Saturnino de Brito durante a construção da Estrada de Ferro de Baturité. Logo que se formou, entre 1887 e 1892, Brito trabalhou traçando e construindo ferrovias no nordeste do País.

¹⁰ Uma das sugestões de Astrogildo para diminuir a dívida foram as vendas: do terreno na Av. Rio Branco adquirido para a construção do Teatro Municipal; da máquina perfurador empregada na tentativa de construção

contratação só veio ocorrer dois anos depois. O contrato do projeto de saneamento de Santa Maria foi celebrado no dia 12 de junho de 1918 (Beltrão, 1979, p. 495). “Estava, *enfim*, dado o primeiro passo para a realização do melhoramento mais ardente desejado pela população desta *futurosa* cidade” (Intendência, 1920, p. 10). Segundo Brito (1943), no Estado, até então, poucas cidades possuíam planos de saneamento e, muito menos, implantados, somente Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Esse momento foi reconhecido em várias instâncias, inclusive pelos seus sucessores¹¹, como o Tenente-coronel Claudino Nunes Pereira:

O saneamento é, por certo, o problema de mais palpitante na *actualidade* para esta cidade, por isso que, da respectiva solução, depende, em grande parte, o desenvolvimento que lhe está naturalmente reservado pela sua especialíssima posição geográfica. É, portanto, o melhoramento mais urgente e ao mesmo tempo de mais difícil execução que se apresenta ao exame da Administração Municipal. Avultado é o capital a empregar e grandioso os trabalhos a realizar para louva-lo a cabo. Terminado que seja, a cidade progredirá *imediatamente* e indiscutivelmente, tão apropriadas a isso são as suas condições *topographicas* e *geographicas*. Iniciar os respectivos estudos era, conseqüentemente, da maior urgência. Assim o entendeu o Sr. Dr. Astrogildo de Azevedo, quando se achava à frente da Administração do Município (Intendência, 1920, p. 8).

Infelizmente, a execução do projeto de saneamento de Santa Maria só começou em 1929. Até então, ainda ocorreram alguns casos de epidemia. A ferrovia trouxe consigo a Gripe Espanhola, que aliada ao serviço deficiente de asseio e limpeza pública, mostrava novamente, a fragilidade da cidade. Os primeiros casos ocorreram ainda em 1918 e, devido ao rápido alastramento, foi determinado, novamente, o fechamento de colégios, cinemas, casas comerciais, etc. E, no ano seguinte, houve outro surto de peste bubônica (Beltrão, 1979). Essa gripe, que chegaria pelo trem em Santa Maria, já havia chegado pelos navios em Rio Grande no mês de setembro, ocasionando um dos maiores problemas na saúde que essa cidade já teve que enfrentar. “Vinda em vapores de passageiros do Rio de Janeiro [...], alterou completamente a rotina dos habitantes do município de Rio Grande” (Pedroso & Garcia, 2010, p. 2).

de um poço artesianos nos subúrbios; de duas grandes carroças de ferro, destinadas a remoção das águas das latrinas; do Teatro 13 de Maio; de terrenos aforados; dos matos do matadouro. O Intendente também comentou da extinção do imposto de importação a partir do ano de 1907, que gerava arrecadação significativa (Intendência, 1917b).

¹¹ Astrogildo renunciou ao cargo de Intendente em 17 de Julho de 1918. Independente disso, o projeto de saneamento não foi executado devido ao custo elevado. No discurso de posse, Astrogildo (Intendência, 1916) disse que sua intenção era garantir os estudos preliminares para o projeto completo, detalhado e orçado, mas, quanto a sua execução, não podia garantir nada.

O Dr. Amaury A. Lenz, delegado de higiene em Santa Maria, no relatório apresentado ao Intendente, conta que os jornais da Capital da República, em setembro, começaram a se inquietar com a epidemia de gripe que se agravava pelo país. Em Santa Maria, foram publicadas medidas de prevenção¹² contra o mal que logo chegaria. Não demorou muito, começaram os primeiros casos, em 28 de Outubro, em viajantes que fugiam das regiões atacadas. Alguns desses doentes ainda permaneceram certo tempo em hotéis antes de irem para o hospital. A gripe se propagou rapidamente por toda cidade, atingindo um total de 219 vítimas e matando muitas pessoas. A epidemia só começou a diminuir na primeira quinzena de dezembro (Intendência, 1920).

Santa Maria, como já se enfatizou, destacava-se no Rio Grande do Sul por sua posição geográfica e econômica, porém isso também colaborava para sua situação alarmante frente à falta de saneamento. Se era imprescindível sanear as cidades portuárias, devido à importância econômica, movimentação de cargas e pessoas e salubridade, essa determinação devia se estender aos entroncamentos ferroviários, como Santa Maria, que se encontrava na mesma situação. Nas palavras de Astrogildo de Azevedo, ainda em 1914, a cidade era um “lugar obrigado de passagem por marcar a intersecção dos *principaes* troncos *ferro-viarios* do Estado. Santa Maria, sob o ponto de vista sanitário, assemelha-se aos portos de mar” (Azevedo, 1914). A localização no centro do estado favoreceu a construção do entroncamento, que trouxe o progresso e potencializou a importância política, cultural, comercial e sanitária da cidade, como disse Saturnino de Brito (1943).

A propagação da gripe ocorreu justamente como Astrogildo e Brito previram. Embora não estivesse diretamente relacionada ao saneamento da cidade, como a febre tifóide e a peste bubônica, ela prejudicava a imunidade do ser humano. O mesmo pode ser considerado em relação a outras doenças comuns da época. O saneamento era imprescindível para assegurar o desenvolvimento da cidade. A população precisava ter acesso à água potável e o esgoto ter uma destinação adequada. O progresso, trazido pela ferrovia, agravou e tornou de ordem pública os problemas de insalubridade da cidade.

Embora com diversos instrumentos legais e serviços, a Intendência não conseguia mais assegurar o bem-estar social. O progresso de Santa Maria e a saúde das pessoas estavam comprometidos. Era preciso uma solução que tratasse a cidade como um todo, respeitasse a integridade física e moral da população e facilitasse a vida de todos.

¹² “Os *fiscaes* percorriam a cidade diariamente exigindo a limpeza dos *quintaes*, remoção das *aguas*, poças *dagua* estagnadas, etc”.

O projeto de saneamento elaborado por Brito, entregue em 02 de dezembro de 1918, estava praticamente à altura de um plano e contemplava mais do que os problemas enfrentados pela cidade. Sua implantação foi pensada conforme o crescimento da área urbana e, também, de modo a direcioná-la. Junto com o saneamento, foram projetadas áreas de expansão urbana, melhoramentos e indicações de posturas que a administração municipal deveria adotar.

A estrada de ferro foi a base do progresso material da Cidade de Santa Maria. Por estar quase no centro geométrico do Estado, o local foi escolhido para a instalação do grande entroncamento ferroviário por onde passavam diversas linhas. Esse, além de trazer o crescimento da população, dos negócios, do comércio, dos serviços, também trouxe muitos problemas, como, principalmente, os de saneamento, que se irradiavam pelos seus trilhos. A lógica perversa desse desenvolvimento ainda está exposta hoje em dia em muitas cidades, onde a preocupação em construir elementos que simbolizam o progresso deixa de lado os que lhes dão sustentação.

Referências bibliográficas

Azevedo, A. C. 1914. "Salubridade de Santa Maria", *Revista Commemorativa do Primeiro Centenário (1814-1914)*. Volume único. Não paginado.

Beber, C. C. 1998. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*, Santa Maria, Pallotti.

Beltrão, R. 1979. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho, 1787-1930*, Canoas, La Salle.

Brito, S. 1943. *Projetos e relatórios: saneamento de Santa Maria, Cachoeira, Passo Fundo, Rosário e Cruz Alta*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Cunha, L. 1908. *O Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Ferrovias do Brasil. *Evolução da rede de estradas de ferro no Brasil, ferrovias existentes em 1910* [Online]. Brasília. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovianos/evolucao-da-rede-de-estradas-de-ferro-1910.shtml>. [acessado em 05 de outubro de 2012].

Fundação Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. *Dr. Carlos*. [Online]. Jaguarão, RS. Disponível em: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br/p/carlos-barbosa-goncalves.html>. [acessado em 10 de novembro de 2012]

Intendência (1915), *Relatório do Intendente Municipal de Santa Maria da Bocca do Monte ao Conselho Municipal*, Filial da Livraria do Globo, Santa Maria.

Intendência (1917a), *Relatório do Vice-intendente Municipal de Santa Maria da Bocca do Monte apresentado ao Conselho Municipal*, Filial da Livraria do Globo, Santa Maria.

Intendência (1917b), *Relatório apresentado pelo Intendente Dr. Astrogildo de Azevedo ao Conselho Municipal*, Livraria do Globo, Santa Maria.

Intendência (1920), *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros digno Presidente do Estado pelo Intendente provisório Tenente-coronel Claudino Nunes Pereira*, Oficinas Graphics d'A Federação, Porto Alegre.

Intendência (1921), *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado pelo Intendente provisório Te. Cel. Claudino Nunes Pereira*, Livraria do Globo, Santa Maria.

Intendência (1931), *Relatório do Prefeito Voleciano Coelho apresentado ao Sr. General J. A. Flores da Cunha, Interventor Federal*, exemplar datilografado não publicado.

Lacmann, W. 1906. "Ritte un Rasttage in Südbrazilien", in Marchiori, J. N. C. & Filho, V. A. (Ed.), 1997. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*, Santa Maria, UFSM. pp. 89-90.

Marchiori, J. N. C. & Filho, V. A. 1997. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*, Santa Maria, UFSM.

Marchiori, J. N. C. & Filho, V. A. 2008. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*, 2nd ed., Santa Maria, UFSM.

Mello, L. F. S. 2010. *O Pensamento Utópico e a Produção do Espaço Social: A Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul* [tese], Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional.

Morales, N. R. C. 2008. *Santa Maria: memória 1848-2008*, Santa Maria, Pallotti.

Pedroso, T. D. & GARCIA, B. S. 2010. *O saneamento de Rio Grande: do plano a implantação*. Encontro Estadual de História, X, não paginado.

Revista Comemorativa do Primeiro Centenário (1814-1914). Volume único. Não paginado.

Santa Maria, Ato n. 08, de 04 de janeiro de 1893. *Promulga a lei do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1893*.

Santa Maria, Ato n. 38, de 15 de janeiro de 1895. *Promulga a lei n. 3 do orçamento Municipal da receita e despesa, decretada pelo Conselho para vigorar no exercício de 1895*.

Santa Maria, Ato n. 54, de 06 de dezembro de 1896. *Promulga a lei do orçamento da receita e despesa para o exercício de 1897*.

Santa Maria, Ato n. 75, de 16 de março de 1898. *Promulga o Código de Posturas Municipais, Lei n. 12, de 20 de dezembro de 1897*.

Santa Maria, Ato n. 239, de 10 de fevereiro de 1908. *Regulariza o serviço de limpeza e asseio público*.

Santa Maria, Ato n. 337, 17 de outubro de 1912. *Regulariza as construções e reconstruções*.

Santa Maria, Decreto n. 03, de 05 de janeiro de 1893. *Altera os limites urbanos do município*.

Santa Maria, Decreto n. 01, de 08 de novembro de 1912. *Regulariza a construção de reservatórios sanitários*.

Santa Maria, Lei n. 33, de 15 de junho de 1813. *Reforma do Código de Posturas Municipais*.

Santa Maria, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. 2003. *Mapa base, mapa da cidade com a rede hidrográfica*.

Silveira, H. J. V. 1979. "As Missões Orientais e seus antigos domínios", in Marchiori, J. N. C. & Filho, V. A. (Ed.), 1997. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*, Santa Maria, UFSM. pp. 119-22.